



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

Ata nº 03/2019, do Conselho de Gestão do IFES Campus Piúma

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às oito horas, na Sala de Reuniões do Campus Piúma do Ifes, realizou-se a reunião do Conselho de Gestão deste Campus. Fizeram-se presentes os seguintes conselheiros Marcelo Fanttini Polese, Alexandre Augusto, Maria de Lourdes Cardoso, Melina Souza Santesi, André Batista de Souza, Felipe Grassi Duarte, Fabrício Ribeiro Tito Rosa, Cássia Aparecida Gobeti dos Santos, Leilane Bruna Gomes Pereira, Jones Santander Neto, Hudson Cássio Gomes de Oliveira, Rodrigo Guedes dos Santos e o convidado Lucas Guesse. O servidor Júlio Cola encontra-se de férias e Humberto Silveira justificou sua ausência em virtude de aulas. Fábio Oliveira, Luciano Fasolo, Mateus Motta, Péricles Ferreira e Leonardo Calixto não apresentaram justificativas prévias. O presidente iniciou a reunião com a apresentação dos informes gerais, como a apresentação das ações do Ifes Campus Piúma e a disponibilidade do documento para todos os servidores na pasta público. Explanou sobre o empenho da Usina Fotovoltaica, sobre o projeto de drenagem das áreas de alagamento, a possível retirada da estação elevatória da Cesan de dentro do Campus, sobre os processos de compras do brise, climatização, impressora 3D, projeto adequação laboratórios. Melina tratou da transição dos processos físicos e híbridos para os 100% eletrônicos, afirmando que a DIAPL, a CGA e a CPA estão à disposição para ajudar os servidores. Falou também sobre a necessidade de utilização do Help Desk para serviços de manutenção e TI e sobre os atrasos nos repasses para pagamentos de Assistência Estudantil. O presidente explanou que a inclusão da CGGP e CGAC como membros representantes no Conselho de Gestão do Campus foi aprovada pelo Colégio de Dirigentes e Conselho Superior. Que a gestão está se empenhando para recuperar o veículo oficial furtado, que ele se encontra no depósito da Polícia Federal em Niterói/RJ e sobre a importância do cadastramento dos veículos que utilizam o estacionamento. Passou-se para tratativa dos pontos de pauta, com solicitação de alteração da ordem, em virtude da necessidade de saída antecipada do servidor Alexandre, abordando como primeiro ponto de pauta o Regimento interno do Conselho de Gestão do Ifes Campus Piúma. Todos os membros concordaram e o presidente iniciou a abordagem do ponto informando que houve uma discussão por e-mail sobre a representatividade docente, que vários erros ocorreram ao longo dos anos que só foram descobertos em virtude do trâmite de indicação de inclusão da CGGP e CGAC como membros representantes após aprovação pelo Conselho de Gestão em 2019, que foi para o Conselho Superior e para o Colégio de Dirigentes. Conforme informado pelo Alessandro, da Reitoria, oficialmente só temos um regimento oficial, que é o que consta publicado pelo Conselho Superior em 2012, porém, há um outro documento de 2017 que é o que estava sendo seguido, que foi aprovado pelo Conselho de Gestão do Campus conforme ata de 30 de março de 2017, porém, em contato com a Reitoria, que vasculhou todos os documentos possíveis, constatou-se que só reconhecia a existência do documento de 2012, pois não receberam solicitação de alteração. Que o documento de 2017, que constava na pasta e nos arquivos do Conselho de Gestão era o que servia como base para todas as ações, inclusive sobre o período do mandato dos representantes eleitos que, no documento de 2017 consta como sendo de 02 anos, portanto, a representatividade estava válida até fevereiro de 2020. Que além disso, há outras diferenças entre os dois documentos, inclusive a representatividade de alunos e responsável do Curso de Pós-Graduação. Que deve ser feito um processo eleitoral em

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right.]

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin.]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

breve. Fabrício questionou como o documento passa pelo Colégio de Dirigentes, se é o documento todo ou artigo a ser alterado e o Diretor-Geral esclareceu que só existia o documento de 2012 no Colégio. O presidente esclareceu que houve um trabalho de análise e reestruturação do Regimento interno que não pode ser perdido, que foi feito, só não seguiu para a instância superior. Jones ponderou que ambos devem ser reanalisados, conforme realidade atual. Fabrício afirmou que precisa realmente uma nova avaliação dos documentos. O Presidente encaminhou a designação de uma comissão para estudar e trabalhar o assunto e apresentar na próxima reunião. Os servidores Fabrício, Rodrigo, Melina, Alexandre, Leilane e Renata se disponibilizaram a formar a referida comissão. Jones questionou sobre quando seria a eleição dos membros eleitos, e houve discussão se elas ocorreriam após a publicação do novo regimento, durante o processo de mudança do regimento ou imediatamente. Fabrício sugeriu a vinculação da eleição ao regimento vigente para não ser necessária uma nova eleição, sendo a representatividade *pro tempore* por um ou dois anos, conforme regimento vigente, não colocando no edital do processo eleitoral o prazo de mandato, mas que ele será de acordo com o regimento vigente. A sugestão foi acatada pelo Conselho. Alexandre solicitou a mudança da ordem dos pontos e explanou sobre a solicitação de mudança da seleção de estudantes do ensino técnico, que principalmente o professor Clóvis solicita que deve ser designada uma comissão para mudar o perfil/a seleção dos alunos que ingressam no instituto, pois a maioria deles entra no Ifes pelo Ensino Médio, usar como regras, por exemplo, estudantes que sejam filhos de pescadores, ou estudantes que residem em área rural, como uma das formas de ingresso. O Diretor informou que o assunto está sendo discutido no Colégio de Dirigentes, que é uma demanda principalmente das Agrotécnicas, que o processo seletivo deverá novamente levado como ponto de pauta para o Fórum de Diretores, que o Campus não pode mudar, mas sim a Reitoria mudar o formato para alguns Campi, porém, precisamos atentar que nosso Campus é de interior, que são poucos concorrentes. Afirmou que podemos sim formar a comissão, mas ela também deverá se atentar para esse ponto. Rodrigo informou que atualmente o processo seletivo é a área de maior questionamento dentro do Ifes, que são vários os processos judiciais envolvendo o assunto, que concorda com a proposta do Alexandre, mas o correto é iniciar o processo através de uma consulta junto à Reitoria e outra opção também é mudar o formato da divulgação do processo seletivo, abordando-o de uma forma mais técnica nas escolas, exaltando também a parte técnica. Hudson destacou que o assunto está dentro da reformulação dos cursos que a gente também precisa fazer, que devem ser feitos movimentos de diversas direções para o centro, pensando no processo seletivo, na atratividade dos nossos cursos, que destaquem o eixo do nível superior, como podemos tornar os cursos mais atrativos, como é cenário atual de trabalho. Rodrigo sugeriu a formação de um grupo de trabalho para conversar sobre o tema, elaborar propostas, dialogar sobre as possibilidades e questões legais de viabilidade. O Diretor Geral destacou que nosso campus precisa ter mais ações de extensão, de mostrar o que o Campus faz, ir nas comunidades para falar sobre a aquicultura, sobre a pesca, pois nossos eventos são muito com enfoque interno, que precisamos mostrar de uma forma mais efetiva e solicitou ao professor Alexandre o envio de uma proposta de uma equipe de trabalho por e-mail ao Gabinete. Alexandre prosseguiu para o terceiro ponto de pauta que é a reunião geral com os servidores, os docentes questionaram que faltam mais reuniões para discussões sobre o que está acontecendo no Campus. O presidente esclareceu que as reuniões gerais com os servidores foi uma proposta da atual gestão, que ano passado foram feitas 3 reuniões e nesse

[Handwritten initials and marks on the left margin]

[Handwritten initials and marks on the right margin]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

ano também já ocorreram algumas, porém, com assuntos pontuais como o ponto eletrônico, o corte de verbas e em virtude as demandas que o Campus está tendo, só foi possível marcar uma para o fim do 1º semestre, mas que também precisamos levar para os nossos pares que existem caminhos oficiais que também dão resultado, que as Coordenadorias de Cursos demandam para as reuniões gerais, que precisamos fortalecer as Coordenadorias com as demandas para que elas cheguem à Gestão. Ressaltou que a reunião geral foi proposta da atual gestão, mas que esse ano foi atípico, com vários problemas como denúncias no Ministério Público, obras, reuniões específicas para sanar e entender a crise orçamentária. Que reunião geral é uma questão de prioridade, mas se manter também é prioridade, sobrevivência é prioridade e só temos recursos até o mês de agosto. Destacou que precisamos organizar nossas representatividades para que as demandas cheguem pelas vias oficiais, pois tudo que fazemos hoje é tentar atender às demandas, mas elas tem que chegar pelas reuniões de coordenadorias, pelas reuniões com os diretores, pelo Gabinete, que é aberto e que podemos agendar reuniões. Informou que as reuniões acontecem para apresentar o que o Campus tem feito e mostrar a situação do Campus e outro momento para fazerem as críticas e sugestões e precisamos nos sensibilizar quanto a isso, pois os Coordenadores e Diretores também são pressionados por diversos problemas e por isso precisamos utilizar os caminhos de demandas e solicitações antes de bombardear quem for. Jones questionou sobre o formato da reunião geral, que antes era dividida em apresentação, um tempo para docentes e outro para TAE's e Rodrigo esclareceu que foi feito um levantamento e verificou-se que teriam uma menor quantidade de provas durante a manhã, e por isso foi marcada a reunião para o horário das 10 às 12h. O presidente destacou que a primeira proposta foi fazer a reunião geral à noite, pois já haviam feito muitas mudanças no ensino, que para o próximo ano o calendário será feito com as propostas das reuniões. O quarto ponto abordado foi a distribuição dos códigos de vaga docente, que sabem que tem uma comissão discutindo o assunto, mas antes de tomarem uma decisão, os docentes querem uma assembleia geral com a comissão para que sejam expostos os critérios de escolha de códigos de vaga docentes. Jones informou que a comissão se reuniu em abril, que ainda não tem nada decidido e está no âmbito do pensamento, que o levantamento tem sido feito em cima da grade de disciplinas, que não se pode fazer um planejamento agora, sem conhecer o real cenário da nova grade. Alexandre ressaltou que os docentes querem discutir em conjunto a tomada de decisão. O Diretor-Geral esclareceu que a comissão foi formada por coordenadores que foram eleitos, a Diretoria, que também foi eleita e que 90% da discussão é para se tomar decisão com menor erro possível, porém esse é o pior momento para se tomar decisão quanto a códigos de vaga, pois a reformulação do Ensino Médio está travada, as questões dos sombreamentos e a perspectiva da reformulação da Engenharia e do Ensino Médio impactam muito, também há pressões internas e externas por um novo curso, e a distribuição de códigos de vaga pode ser levada para discussão, mas que também pode acontecer de a comissão apresentar um trabalho pronto. O próximo ponto abordado foi a apresentação dos dados da comissão de segurança pelo professor Lucas Guesse, que informou que a comissão iniciou seus trabalhos originalmente em 23/04/2019 após os eventos ocorridos na Escola Raul Brasil com o objetivo de melhorar o controle de acesso ao Campus e a segurança dos alunos, servidores e funcionários terceirizados, disse que no dia 14/06/2019 foi registrada a ocorrência do furto do veículo oficial Hilux e que após este evento foi incluída nesta comissão a necessidade de controle e segurança também dos bens patrimoniais do Campus. Disse

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

que após o incidente envolvendo o veículo oficial, a comissão convocou 3 reuniões com seus membros, além de duas reuniões com a empresa RPL Vigilância (empresa contratada para vigilância patrimonial). A comissão realizou diversos levantamentos relacionados à Segurança: documentais, infraestrutura atual e práticas até então praticadas no Campus, que não há no campus nenhum normativo relacionado à Segurança e uso de veículos oficiais. O regulamento relacionado ao Acesso ao Campus estava sendo elaborado por esta comissão e está em vias de conclusão e apesar de não haver normativos específicos o Campus possuía práticas bastantes difundidas e conhecidas por vigilantes e servidores. A primeira ação efetiva da comissão foi a elaboração de formulários provisórios para o controle de acesso de pedestres e veículos até então inexistentes. Os formulários passaram a ser utilizados em 18/06/2019. Além disso foi fornecido aos vigilantes uma listagem com os nomes de todos os participantes de projetos contínuos do Campus que não são alunos regulares. Também foi realizado uma atualização do cadastro dos veículos autorizados a estacionar no interior do Campus (alunos, servidores e terceirizados). Os usuários que não realizarem o recadastramento terão o acesso ao Campus com veículos restringido. A lista de servidores e alunos autorizados a entrarem no Campus fora do horário de funcionamento também será atualizada. Informou que hoje não há controle pelo vigilante da saída do aluno fora do horário regular e uma prática sugerida pela RPL, utilizada no Campus Aracruz, é a apresentação da autorização de saída do aluno fora de horário regular ao vigilante, assim a CAE emitiria a via do professor e a via do vigilante. Quanto à Infraestrutura, o acesso ao campus e guarita precisam ser melhorados. A maior dificuldade relatada pelos vigilantes está no horário de pico (entrada e saída de alunos). Nestes horários além do acúmulo de pessoas no portão, há um grande fluxo de veículos entrando e saindo. A RPL sugeriu o acionamento das cancelas com controle remoto para possibilitar que o vigilante não permaneça na guarita o que facilitaria seu trabalho. A RPL também sugeriu que o acesso ao campus fosse semelhante ao acesso do Campus Aracruz, onde há um “bolsão” antes do acesso de pedestre onde os alunos podem ficar esperando sem atrapalhar a visão do vigilante. Esta comissão sugere a contratação de empresa de engenharia/segurança para o projeto da infraestrutura de acesso ao Campus. A guarita também apresenta problemas em relação a visibilidade/sol. Sugerimos a instalação de película escura no vidro em substituição à persiana. A persiana é um ótimo isolante luminoso, porém elimina a visão para a rua do vigilante. Por fim, em relação a infraestrutura, a comissão, assim como a RPL, sugerem que seja projetado e adquirido sistema de vigilância eletrônica. Quanto as práticas, foram constatadas: Apesar de não haver normativa em relação ao uso do veículo oficial, havia a prática, bastante difundida entre servidores e vigilantes que a saída do veículo oficial estava condicionada à emissão de autorização para uma viagem específica feita pelo Gabinete da Direção Geral e à retirada da chave do veículo na guarita apenas com esta autorização em mãos. O normativo relacionado ao uso do veículo deverá resolver este problema. Enquanto este normativo está em elaboração, esta comissão e a RPL sugerem que quando da saída do veículo oficial o vigilante anote, em formulário próprio (já elaborado pela empresa) a quilometragem do veículo oficial na entrada e saída do mesmo. Para isso o servidor deverá parar o veículo próximo à guarita e desembarcar do mesmo. Este procedimento visa, além da verificação do patrimônio, a segurança do servidor. A lancha também é um veículo que deve ter toda atenção devida a um veículo oficial o que não ocorre atualmente. A lancha é um veículo oficial sujeito às regras de trânsito aquaviário necessitando de pessoal habilitado para sua condução. As saídas da

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

lança não possuem controle/registro e não necessitam de autorização para saída, não sendo verificado se os condutores possuem habilitação e/ou autorização para a saída da mesma. Outro problema está no controle de abastecimento, como não há controle de saída é impossível afirmar que o combustível é utilizado integralmente na saída da lanca. Esta comissão recomenda que seja elaborado normativo específico para a lanca. Atualmente as salas de aulas não são fechadas (com chave) no final do dia. Todas as salas possuem patrimônio de pequeno porte que são facilmente carregados por uma pessoa. Como foi constatado que a CAE realiza a verificação das salas ao final do dia, esta comissão sugeriu que a mesma realizasse o fechamento das salas. A Direção de Ensino (responsável pelo patrimônio das salas) determinou que o fechamento das portas só seria realizado caso feito pela terceirizada de limpeza ou vigilância, informando que a CAE não faria tal fechamento. Até o momento as portas permanecem abertas durante a noite. Os portões de acesso próximo ao Laboratório de Processamento de Pescado e o próximo ao GETAP (antiga guarita) já tiveram as chaves dos cadeados copiados pois antigamente era uma prática comum a abertura destes acessos pelos próprios interessados. Apesar de atualmente esta prática não ocorrer, não é possível determinar se tais cópias foram devolvidas. Assim recomendamos a troca dos cadeados dos portões. Uma prática informada pela RPL é a utilização dos vigilantes para atividades alheias às suas funções, como citado pela empresa, o recebimento e pagamento de marmitas. Apesar de saber que muitas vezes isso ocorre devido à boa relação entre estes e servidores, esta prática deve ser evitada. Sugere-se o envio de comunicado pela Direção aos servidores informando que os mesmos não estão autorizados a solicitar nenhum serviço alheio aos vigilantes. A comunicação com a empresa e interferência do Campus no serviço de vigilância formam outra preocupação desta comissão que foi constatada quando em conversa com a RPL sobre a ronda. Atualmente a ronda é feita a cada uma hora seguindo o mesmo roteiro. Esta ronda, segundo a RPL, foi determinada pelo Campus, apesar de a mesma discordar desta prática. A comissão determinou que os procedimentos (tempo e roteiro) de ronda fossem determinados pela empresa e que apenas o fiscal do contrato teria acesso à tais informações. Sugeriu que sejam adotadas práticas de formalização da comunicação com a empresa, principalmente no tocante a solicitações. Por último, a empresa apresentou uma sugestão de normativo de segurança para o Campus que levou em consideração sua experiência e especificidade de uma instituição de ensino e o documento será avaliado pela comissão na elaboração do normativo. Fabrício acrescentou a questão de sensibilização de todos, pois tudo que mexe com nosso dia a dia causa um desconforto, que precisamos ter paciência e que sobre a questão de entrada e saída, o primeiro controle deve ser feito em sala de aula, o que diminui muito a saída de alunos fora dos horários normais. Hudson solicitou a pintura de uma faixa de pedestres entre o prédio administrativo e a calçada para as salas de professores e laboratórios e Melina pediu a abertura de chamado via Help Desk. Fabrício perguntou sobre a entrada e saída de ciclistas e foi esclarecido que estes devem usar o portão de acesso de pedestres e que também é um fato que precisa de conscientização. Marcelo informou que já aconteceu reunião com a Polícia Militar e foi acordado que o comandante pediu para as viaturas entrarem no Campus e fazer ronda. Hudson perguntou se no contrato há previsão de alguma vigilante feminina e Roqueini esclareceu que o contato com pessoas era apenas para fins de revista, mas será questionado à empresa. Lucas pediu prorrogação do prazo para entrega dos trabalhos da comissão e foi aceito o pedido. O sétimo ponto foi pedido de

[Handwritten marks in blue ink on the left margin]

[Handwritten marks in blue ink on the right margin]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

esclarecimentos da REC, ponto votado e aprovado na primeira reunião do Conselho de Gestão do Campus, conforme ata e ação da Diretoria Geral, como ocorreu com a CGAC, estratégia de atuar mais com o setor na parte de extensão, de trazer mais parcerias de estágio e ações que se tem como necessárias, a indicação do Lucas foi por ele estar aqui em lotação provisória, que ele conta no RAP de Aracruz, que está cedido e foi articulação com a Diretoria daquele Campus, porém haviam algumas atribuições a serem colocadas e dentro do plano estava a criação da referida coordenadoria, sendo a indicação uma ação da Diretoria Geral, além disso, é notória a dificuldade de pessoas assumirem esses tipos de coordenadorias, sem FG, como por exemplo a eleição para representantes docentes, que não teve nenhum candidato, e todo esse contexto levou a escolha do nome do professor, porém, pode ser rediscutido. Jones ponderou que no momento em que foi apresentado o nome do Lucas para assumir a coordenadoria não foi mencionado que isso fazia parte de um plano de trabalho para justificar a lotação provisória. Ponto esclarecido e como não houve manifestação sobre o ponto solicitado, passou-se para o oitavo ponto, que é a minuta do regulamento do uso do barco, apresentado pelo professor André. Ele informou que será enviada uma consulta por e-mail a todos os servidores. Leilane destacou que fica muito preocupada com o fato de alguns servidores saírem com o barco com alunos, e perguntou em até que ponto a responsabilidade recairá sobre os professores que estiverem envolvidos na atividade. André destacou que haverá um termo de responsabilidade de acordo com as normas vigentes da Marinha, que o piloto deverá consultar o tempo, que do ponto de vista prático inviabilizará muitas atividades, devido à capacidade da embarcação. Melina ressaltou que deve constar na regulamentação o quão sério é sair com os alunos, que devemos ter um controle com dados dos alunos e servidores, informando a previsão climática e tempo em uso, pois mesmo havendo um responsável pela embarcação, a Instituição que responderá pela autorização de saída da embarcação. Fabrício lembrou que no ato da matrícula já é feita uma autorização dos pais para atividades externas em Piúma, que é complicado qualquer saída do campus necessitar de uma autorização dos pais, porém, entende que o barco não é viável para ser usado em visitas técnicas com turmas grandes, fazendo várias viagens para levar os alunos. Que a embarcação deveria ser usada apenas para ações pontuais de pesquisa ou aula prática com a Graduação. Que é fundamental ter limitação. Hudson sugeriu uma parceria com proprietários de escunas, porém, Jones lembrou que essas embarcações não possuem documentação. Hudson complementou que o Ifes pode fazer um trabalho para buscarmos um processo de formação. André destacou que os proprietários muitas vezes também não aceitam ir em virtude do trabalho que tem para fazerem apenas uma ou duas viagens. Jones perguntou sobre a utilização do barco, visto que se não está utilizando os veículos oficiais, por que o barco está sendo utilizado? O presidente lembrou que o barco não entrou na listagem da nota oficial sobre o corte de verbas e que o gasto com ele é mínimo. Lembrou que já tivemos um problema com o barco e é sim um problema sério a falta normativa para o uso do barco, inclusive com a informação de velocidade de vento e maré. Lucas destacou que é primordial o controle de entrada e saída da embarcação enquanto a normativa não fica pronta. Melina destacou que se estamos atuando de forma errada precisamos nos corrigir e fazermos o certo, mesmo que a mudança influencie em nosso confortou ou comodismo. O Diretor-Geral informou que está avançada a discussão com a Marinha para fornecimento de curso, com

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA – DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS
gabinete.piuma@ifes.edu.br

previsão de 05 dias de curso e só poderá utilizar o barco quem o fizer. Melina lembrou que o representante da RPL também sugeriu um curso prático de conhecimento de ações e práticas para todos que utilizam os veículos oficiais e que esse curso seja uma condicionante para a emissão da portaria de utilização. O oitavo e último ponto que seria abordado pelo Conselho seria a revisão da nota sobre o corte de verbas de 5,5 milhões para a Educação, que agora o governo está devolvendo 1 milhão, não discriminando a destinação do valor e se alguma parcela será destinada aos Institutos Federais, todavia, como o documento não foi previamente enviado aos membros, será posto como ponto de pauta na próxima reunião, mas adiantando que não há posicionamento do governo favorável a ceder, mas sim pressões maiores em vários sentidos, que preocupam a todos como servidores, que antes havia contingenciamento mas tudo esclarecido, hoje a situação é de calamidade e muitas instituições não terão como funcionar. Pediu aos servidores para economizarem e que depende de todos a sensibilização. Melina destacou que o Campus vem se planejando, diminuindo gastos e tendo assim um melhor aproveitamento do custeio, porém, chegou no limite de não se conseguir trabalhar, sem orçamento para apropriar as notas fiscais que chegarão nesse mês de junho e se não chegar orçamento, as despesas estarão atrasadas. Melina informou que a conta de energia diminuiu e agradeceu o esforço que as pessoas estão fazendo para economizar. Nada mais havendo, a reunião encerrou-se às onze horas e trinta minutos. Por ser verdade eu, Renata Prúcoli Leal, lavrei a presente ata, que segue assinada.

Piúma, 02 de maio de 2019.



Marcelo Fantini Polèse



Alexandre Augusto O. Santos



Maria de Lourdes Cardoso



Melina Souza Santesi



André Batista de Souza



Felipe Grassi Duarte



Fabrício Ribeiro Tito Rosa



Cássia Aparecida G. dos Santos



Leilane Bruna G. Pereira



Jones Santander Neto



Hudson Cássio G. de Oliveira



Rodrigo G. dos Santos



Lucas de Carvalho Guesse

